Tendo a respectiva despesa excedido as disponibilidades da respectiva dotação orçamental e tornando-se, por-

tanto, necessário reforçar essa dotação;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por fôrça do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a importância de 13.791\$70 a verba de 111.150\$ inscrita no orçamento do Ministério do Interior, do ano económico de 1928-1929, no capítulo 2.º «Secretaria Geral — Artigo 5.º: Material e despesas diversas do Gabinete do Ministro, Secretaria Geral e Repartição de Jogos e Turismo», que deverá ser aplicada ao pagamento das despesas de reparação do automóvel ao serviço do Ministro do Interior, considerando-se a aludida quantia devida e oportunamente liquidada pela 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Art. 2.º Igual importância é anulada no capítulo 4.º: «Segurança Pública — Artigo 18.º — Vencimentos do pessoal dos quadros das polícias de segurança pública, do referido orçamento.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 7 de Janeiro de 1930. — António Os-CAR DE FRAGOSO CARMONA — Artur Ivens Ferraz — Luís Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — Hamilcar Barcínio Pinto — Luís António de Magallides Correia — Jaime da Fonseca Monteiro — Jodo\_Antunes Guimaräes – Eduardo Augusto Marques — Vitor Hugo Duarte de Lemos — Henrique Linhares de Lima.

## Decreto n.º 17:833

Tendo o decreto n.º 17:529, de 31 de Outubro de 1929, autorizado a realização, pelo Estado, dos funerais do cidadão António José de Almeida, que exerceu as funções de Presidente da República;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º No orçamento do Ministério do Interior, em vigor no ano económico de 1929-1930, é inscrita no capítulo 2.º «Secretaria Geral do Ministério», a importância de 7.911575, a qual constituirá na classe «Pagamento de serviços», e no artigo 16.º «Diversos serviços» o n.º 2.º sob a seguinte rubrica «Para pagamento das despesas com os funerais do cidadão António José de Almeida, antigo Presidente da República, passando a constituir o n.º 1.º do mesmo artigo a despesa que já ali se encontra descrita.

Art. 2.º Igual importância é anulada na dotação inscrita no capítulo 4.º «Serviços de Segurança Pública — Polícia de Segurança Pública dos demais distritos», artigo 96.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício - Pessoal dos quadros aprovados por lei», do referido orçamento.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 7 de Janeiro de 1930.—António Oscar DE FRAGOSO CARMONA — Artur Ivens Ferraz — Luis Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — Hamilcar Barcínio Pinto — Luís António de Magalhães. Correia-Jaime da Fonseca Monteiro - João Antunes Guimardes — Eduardo Augusto Margues — Vitor Hugo Duarte de Lemos — Henrique Linhares de Lima.

## Decreto n.º 17:834

Não tendo sido descrita no orçamento do Ministério do Interior, para o ano económico de 1929-1930, a verba necessária ao pagamento dos emolumentos cobrados na polícia de segurança pública de Lisboa, a que tem direito o pessoal de que trata a lei n.º 1:581, de 11 de Abril de 1924;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos

Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º No orçamento do Ministério do Interior, em vigor no ano económico de 1929-1930, é inscrita no capítulo 4.º «Segurança pública — Polícia de segurança pública de Lisboa», a importância de 50.0008, a qual constituirá, na classe de «Diversos encargos», o artigo 86.º-A - Encargos administrativos, sob a seguinte rubrica: «Emolumentos» — Participação de pessoal nos termos da lei n.º 1:581, de 11 de Abril de 1924, e artigo 4.º do decreto n.º 14:657, de 5 de Dezembro de 1927.

Art. 2.º E anulada a quantia de 50.0008 na verba inscrita no artigo 77.º do referido orçamento — Policia de segurança pública de Lisboa — Remunerações certas ao pessoal em exercício - Pessoal dos quadros aprovados por lei.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Janeiro de 1930. — António Óscar de Fragoso Carmona — Artur Ivens Ferraz — Luís Maria Lopes da Fonseca — António de Oliveira Salazar — Hamilcar Barcínio Pinto — Luis António de Magalhães Correia — Jaime da Fonseca Monteiro — João Antunes Guimardes — Eduardo Augusto Marques — Vitor Hugo Duarte. de Lemos — Henrique Linhares de Lima.

## Decreto n.º 17:835

Atendendo ao estado de adiantamento em que se encontram as obras da Maternidade Dr. Alfredo da Costa e convindo que os respectivos serviços ali se instalem no mais curto prazo de tempo;

Atendendo à necessidade de dotar a comissão administrativa das respectivas obras com os meios indispensáveis à satisfação de um débito ao Estado e de direitos

aduaneiros por material importado;